



Manifesto

Governador, afinal, qual é o seu projeto para a EMATER/RS-ASCAR?

É com apreensão e preocupação que o Fórum Permanente das Entidades representativas de trabalhadores e trabalhadoras da EMATER/RS-ASCAR acompanha, durante os períodos em que Eduardo Leite é governador do Rio Grande do Sul, as constantes trocas na presidência da entidade. Recentemente, uma nova mudança foi comunicada — e deve se efetivar em 1º de julho.

Tal atitude é um desrespeito com uma Instituição, que possui longa trajetória de serviços prestados e de reconhecimento pela sociedade em geral e pela agricultura familiar gaúcha, beneficiadas por um serviço de excelência que é modelo a ser seguido. Esta prática traz insegurança aos servidores e a milhares de famílias do rural e instituições atendidas no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social, além do que denota uma irresponsabilidade com os rumos da entidade.

É um absurdo que, nos últimos cinco anos, a EMATER/RS-ASCAR tenha tido CINCO presidentes diferentes, sendo que alguns ocuparam o cargo por menos de seis meses. Esta situação causa dificuldades no estabelecimento e na execução de um plano de ações para a instituição, com projetos sendo descontinuados ou nem mesmo iniciados. Cabe lembrar que, frente à enchente deste ano, a EMATER/RS-ASCAR tem liderado um importante trabalho para minimizar as vulnerabilidades causadas pelas cheias, através da assistência rural e social no meio rural e na busca por políticas públicas que amenizem as dificuldades enfrentadas. Cogitar uma mudança desta magnitude na gestão da entidade, no momento em que o Estado se encontra em estado de calamidade pública, a maior de sua história, definitivamente, NÃO SE JUSTIFICA.

Além das contínuas trocas de comando, que — se espera — não sejam motivadas por interesses pessoais, particulares ou políticos, e que geram um custo bastante elevado à Instituição considerando as trocas de Cargos de Confiança, outros aspectos causam grande preocupação. Um deles é a diminuição recorrente do orçamento da entidade. Segundo relatório institucional da EMATER/RS-ASCAR, por conta disso, mais de 25 mil famílias deixaram de ser atendidas entre 2014 e 2022. Em termos de investimentos, os recursos foram de R\$ 331 milhões para R\$ 213 milhões neste período.

Aliado à diminuição do orçamento, há o encolhimento do quadro de profissionais. No mesmo período do relatório, o número de servidores diminuiu em 850 postos. Há uma necessidade urgente de revitalização, reorganização e recomposição dos quadros da EMATER/RS-ASCAR para suprir demandas latentes, especialmente nos escritórios municipais. Recentemente, foi realizado um concurso, mas o anúncio de contratação de 90 aprovados não contribui para a reversão deste quadro. E ainda há previsão de mais de 200 desligamentos, através de um plano de demissão. Todavia, esta não parece ser uma preocupação do atual governo.

Tal cenário tem sido apresentado e discutido pelo Fórum e por outras entidades que lutam em defesa da EMATER-RS/ASCAR. Entendemos que esta postura do Executivo estadual impacta diretamente nas vidas de milhares de famílias nas diversas regiões do Rio Grande do Sul, além de colocar em risco a segurança alimentar da sociedade como um todo.

Cabe, agora, saber quais são os planos do atual governo do Estado em relação à EMATER-RS/ASCAR, que, é bom lembrar, não são claramente apresentados. O sucateamento das estruturas, o descaso com os servidores, o arrocho orçamentário e as trocas de comando são estratégias para enfraquecer ou até mesmo dissolvê-la? Os gaúchos esperam uma resposta.

Não se pode esquecer que o trabalho da EMATER-RS/ASCAR tem consequências diretas na economia e no bem-estar social. É inadmissível que uma entidade de sua envergadura não tenha um objetivo claro e ainda seja excluída de ações que vão ao encontro de sua missão, como o Conselho do Plano Rio Grande, criado pelo executivo estadual.

A recomposição do orçamento e do quadro de servidores da empresa, com uma gestão estável e contínua, são vitais para o planejamento, a definição e aplicação de políticas que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável do Estado e coloquem a assistência técnica e a extensão rural social em plenas condições de ampliar a capacidade Estatal de chegar a quem necessita de maneira permanente, eficiente e eficaz.

